



MR 007. Configurações de Poder no Brasil pós constituição de 1988: desvendando dispositivos de participação, inclusão e reparações

Carla Costa Teixeira (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA) - Coordenador/a, Jane Felipe Beltrão (Universidade Federal do Pará) - Participante, Paula Mendes Lacerda (UERJ) - Participante, Antonio Carlos de Souza Lima (DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA/MUSEU NACIONAL UERJ) - Debatedor/a, Carla Costa Teixeira (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA) - Participante

Em 2018 a constitui??o cidad? completa 30 anos e com ela a jovem democracia brasileira findo o regime militar. Nesse percurso observamos muitas iniciativas pol?ticas de diminui??o das graves desigualdades que marcam a constru??o da na??o e do estado em nosso pa?s, bem como de amplia??o dos espa?os e das intera?es democr?ticas. O objetivo dessa mesa redonda ? justamente contribuir para a compreens?o de como nessa configura??o pr?ticas de poder antigas s?o reinventadas e novas s?o constru?das. Para tal, a aposta ? mais uma vez ancorar reflex?es interpretativas em acuradas etnografias tomando como foco, especificamente, cen?rios de participa??o social ind?gena, de inclus?o de ind?genas e quilombolas no ensino superior e de a?es indenizat?rias estatais como forma de repara??o de viol?ncias e viola?es. Assim, as sutilezas das rela?es de poder que operam em regimes democr?ticos podem surgir em regras de um jogo complexo que em muito transcendem v?nculos expl?citos de mando e subordina??o, encarnando dispositivos de dom?nio eufemizados em processos de negocia?es, inclus?es e repara?es que trazem novas ret?ricas, legalidades, saberes, procedimentos, atores, valores e interesses.

Cidadania participativa: novas configurações e técnicas de poder na saúde indígena

Autoria: Carla Costa Teixeira

Este work tem como referência a atuação de lideranças e representantes indígenas nas políticas de governo para a saúde dos povos indígenas no Brasil. Tal recorte baseia-se na consideração de que os mecanismos formais de participação social têm sido nas últimas décadas a principal via política para a construção e efetivação dos direitos indígenas na saúde e superação da assimetria que se perpetua historicamente e se expressa em indicadores de saúde frequentemente duas vezes piores do que os da população não indígena. Quais os limites e possibilidades desse tipo de atuação? Com essa preocupação em mente, busca-se contribuir para a compreensão das relações de poder e de violência específicas que essa "cidadania participativa" engendra. Pretende-se, assim, discutir a situação específica da saúde indígena e, a partir dessa, tencionar a própria concepção de cidadania em foco.

Políticas, Direitos e reparações: reflexões a partir de Altamira (PA)

Autoria: Paula Mendes Lacerda

Qual o valor de algo que não esteve à venda? Como significar aspectos que não foram considerados na medida de cálculo das indenizações oferecidas pela empresa responsável pela maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal? Como conseguir espaço para falar de lembranças, vizinhos, casa, árvore, bicho, planta em meio a remoções, reassentamentos e demais mudanças aceleradas? Partindo de etnografia realizada em Altamira (PA), proponho discutir a indenização financeira enquanto instrumento possível para reparação de direitos violados, que localmente costumam ser referidos pelos



sujeitos envolvidos na posição de 'vítima', como 'sofrimentos'. Buscarei demonstrar a centralidade do Estado nos processos envolvendo a indenização dos moradores de Altamira, e no quanto o cotidiano, especialmente das mulheres, foi afetado pelas novas dinâmicas sócio-políticas da região.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:**Apoio:****Organização:**